

Ciência Atual

Revista Científica
Multidisciplinar das
Faculdades São José

2018

Volume 11 | Nº1



FACULDADES
SÃO JOSÉ

ISSN 2317-1499

Manoel Gonçalves Rodrigues

Professor das Faculdades São José (FSJ)

Fernando José Pereira da Costa

Economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

No âmbito da globalização, verifica-se a transição em termos energético-ambientais. Parte-se do princípio que se vive hoje uma transição entre paradigmas energético-ambientais, rumando-se em direção a padrões menos intensivos em energia. Nesse sentido, ganha importância a gestão e construção de uma matriz energética sustentável e a diversificação energética. Assim sendo, partindo-se de um referencial social e ético, a gestão dos recursos naturais e energéticos assume grande relevância, consubstanciando-se numa abordagem estratégico-planificadora a ter como cerne o planejamento estratégico, (da gestão empresarial à esfera público-governamental). Objetiva-se o tratamento desses aspectos, considerando-se os conceitos básicos da ética e da estratégia.

Palavras-Chave: Ética, Recursos Naturais e Energéticos, Planejamento Estratégico.

ABSTRACT

In the ambit of globalization, the transition in energy-environmental terms is verified. It is assumed that a transition is taking place between energy-environmental paradigms, moving toward less energy-intensive patterns. In this sense, the management and construction of a sustainable energy matrix and the energy diversification are gaining importance. Thus, starting from a social and ethical framework, the management of natural and energy resources is of great importance, consubstantiating a strategic-planning approach that has as its core strategic planning (from corporate management to the public-governmental sphere). The objective is to treat these aspects, considering the basic concepts of ethics and strategy.

Keywords: Ethics, Natural and Energetic Resources, Strategic Planning.

INTRODUÇÃO

No contexto da globalização (para muitos autores da globalização neoliberal), aqui tida como a atual etapa da economia sistema-mundo capitalista, considera-se a posição que presentemente se destina ao Estado-nação, e tomando-se como parâmetros e elementos básicos de análise a transição entre paradigmas energético-ambientais, a questão da gestão estratégica da matriz energética e a viabilização de uma matriz energética sustentável. No caso específico do Brasil, cabe assinalar que a construção da matriz energética sustentável passa pela atual configuração da matriz energética nacional, ou seja, de caráter majoritariamente renovável e com uma significativa participação da biomassa. Para tal, torna-se necessário perceber que é fundamental haver algum tipo de ação estatal a viabilizar uma mudança dessa natureza. Esta se dará, em princípio, a partir da configuração e implementação da nacional-estratégia, que se traduzirá através do planejamento estratégico.

Da leitura de alguns autores (Arrighi, 1997; Costa e Rodrigues, 2011, Costa e Rodrigues, 2012; Costa e Rodrigues, 2013a; Costa e Rodrigues, 2015a; Costa e Rodrigues, 2015b e Wallerstein, 1999), registra-se que a configuração da economia mundial passa, nos dias que correm, por uma profunda reorganização produtivo-tecnológica, cuja principal característica é a entrada em cena das economias emergentes da Semiperiferia (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, dentre outras). A ascensão dessas economias deverá acarretar, a médio e longo prazo, numa redefinição a nível da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) ou Divisão Internacional do Trabalho e da Produção (DITP) e do relacionamento «Núcleo Orgânico Central-Semiperiferia-Periferia», com impactos profundos quanto à hierarquização geopolítica da economia mundial. Esta mudança tenderá a ser mais intensa/aprofundada em razão da transição paradigmática ora vivida, em termos simultâneos/interativos, a nível energético e meio ambiental (paradigmas energéticos-ambientais), na qual se está a transitar do Paradigma dos Combustíveis Fósseis (herdado da Primeira Revolução Industrial) para o Paradigma das Fontes Renováveis de Energia, que, simultaneamente, engendra e se insere numa nova perspectiva face ao uso final da energia, à utilização da base de recursos naturais e ao próprio modelo de desenvolvimento.

Assim sendo, é este o contexto no qual se inserem hoje os países da Periferia/Semiperiferia, ou seja, simultaneamente confrontados por dois tipos de envolvimento, a saber: o novo entorno hierárquico-hegemônico-geopolítico a caracterizar a economia mundial e a nova envolvimento a ser representada pela transição energético-ambiental. Estas serão as duas realidades que passarão a condicionar/influenciar as estratégias de desenvolvimento (um novo padrão de desenvolvimento) dos países periféricos/semiperiféricos, em que um novo estilo de planejamento (o Planejamento Estratégico Governamental) assume-se como elemento central. Logo, coloca-se na ordem do dia a presença e o papel do Estado nacional (componente jurídico-político-institucional do Estado-nação) e relevante em termos geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos, para além de definidor, configurador, delineador e implementador de políticas públicas e iniciativas estratégico-planificadoras (calcadas, viabilizadoras e viabilizadas por um novo modelo/estilo de desenvolvimento) a ter em conta o contexto energético-ambiental e que se apresentem como parcimoniosas quanto à gestão/utilização da base de recursos naturais.

Estes aspetos, portanto, em termos energético-ambientais, justificariam a existência do Estado-nação, bem como uma presença regulatório-coordenadora e planificador-intervencionista do Estado nacional (superestrutura jurídico-política do Estado-nação) em pleno processo de globalização, notadamente no que diz respeito às políticas públicas e seus encaminhamentos junto ao segmento energético, de modo a promover a interação entre a esfera energética e a esfera ambiental, propiciando, assim, a transição em termos dos paradigmas energético-ambientais. Desse modo, no âmbito da globalização e da transição interparadigmática em termos energético-ambientais, cabe configurar/estruturar, assim como conceber/conformar, como ainda aplicar/implementar, no bojo da esfera governamental/societária, o Planejamento Estratégico Governamental. Este, por seu lado, dever-se-á constituir em instrumento governativo/interventivo, de modo a guiar-se por um estofamento metodológico-conceitual de caráter interativo/integrativo, para além de global e sistêmico, a buscar a promoção de uma abordagem sinérgica/proativa de aplicação de métodos/técnicas de programação político-econômico-governamental, mas que deve evitar o viés liberal-tecnocrático, antes considerando os elementos afetos à socio-ética.

A SOCIO-ÉTICA COMO ABORDAGEM PERTINENTE

Recorrendo-se a Santos et al (2013) e Cotrim (2004), registra-se que há uma ligação muito forte entre a ética e a filosofia, uma vez que a primeira deve ter sempre como fundamento a concepção filosófica do homem, de modo a enxergá-lo como um ser social e histórico. De fato, a ética trabalha com inúmeros conceitos que exigem um prévio tratamento filosófico, visto serem de extrema importância a nível das relações sociais, da justiça, do direito e inclusive das leis que regulam a convivência entre todos que vivem em sociedade. Assim sendo, em termos filosóficos, a ética pode ser entendida como a área que investiga o comportamento humano, promovendo também reflexões sobre a busca humana pelas melhores formas de agir, viver e conviver. De modo mais explícito, a ética é uma disciplina teórica sobre uma prática humana, que é o comportamento moral. A ética é uma disciplina teórica com preocupações práticas (filosofia prática) que busca aplicar o conhecimento sobre o ser para construir aquilo que deve ser. Logo, a ética, enquanto teoria filosófica, nada mais é do que o estudo das ações individuais dos homens, com o fito de elaborar uma orientação normativa para as ações humanas que seja estabelecido como bem. Nesse sentido, a ética pode ser tida como uma teoria filosófica que tem por objetivo o estudo do comportamento dos indivíduos face aos apelos morais da sociedade em que estes vivem.

Ademais, é em Santos et al (2013), Mondin (1980) e Valls (1994), que se reforça a idéia da interação da ética com o social. De fato, é da greco-filosofia que vem a concepção de que todas as virtudes éticas são políticas e sociais, relacionando-se a conduta do indivíduo com os valores da sociedade e o com binômio «Ética/Moral» a ser fundamental para a realização plena da humanidade. O fato é que a ética constitui-se numa forma de educar o sujeito moral (seu caráter) no intuito de propiciar a harmonia entre o mesmo e os valores coletivos. As óticas tomista e agostiniana incorporam o conceito de ética integrado à sociedade, com a primeira dando ênfase ao papel organizativo-moral do Estado face aos indivíduos (em sociedade), no sentido de educar o sujeito moral (seu caráter) no intuito de propiciar a harmonia entre o mesmo e os valores coletivos. Já com a filosofia hegeliana, aprofunda-se a perspectiva trinômica «Homem-Cultura-História», com a ética a ser determinada pelas relações sociais. Desse modo, o homem é visto como sujeito histórico-social (a ética ganha um dimensionamento político), com a eticidade abarcando a tríade «Família–Sociedade Civil–Estado». Já a perspectiva durkheimiana apresenta a sociedade como um imenso corpo social (organismo biológico) composto por diversos órgãos (componentes sociais) a configurar a anatomia social. Por esta concepção, o pensamento durkheimiano apresenta a idéia de solidariedade a contribuir para a harmonia da sociedade.

Assim sendo, consoante é apontado por Santos et al (2013), apesar dos valores atuais (individualismo exacerbado, acirrada competição, consumismo desenfreado e sociedade do espetáculo) apontarem para o anti-sociedade e para o anti-coletividade, o modelo de ética a se constituir deverá estar voltado para a comunidade (como na polis grega). Portanto, considerando-se o binômio interativo «Ética/Filosofia», as reflexões emanadas de distintos filósofos representativos de diferentes correntes/perspectivas de pensamento vão no sentido de se compreender a ética como sendo um elemento imprescindível na sociedade. Na realidade, os princípios/valores dos indivíduos formam-se num dado contexto cultural/social, com o binômio «Ética/Filosofia» relacionando-se ao conhecimento/comportamento do indivíduo em sociedade. Logo, só faz sentido considerar/discutir a ética no âmbito da sociedade/coletividade, uma vez que o social/coletivo (vida em comunidade) sobrepõe-se ao individual, já que os valores dos indivíduos formam-se em sociedade (sentido social, coletivo e comunitário). Assim sendo, a ética deve ser entendida na esfera societária, passando-se a assumir como socio-ética.

Para além disso, consoante é colocado por Santana (s/data) e Filho e Cortella (2014), a ética é uma virtude que está sempre presente no comportamento humano. Assim sendo, a ética é um fator essencial na tessitura da vida social. Na verdade, os valores que regem o comportamento humano, relacionam-se ao campo da ética, enquanto as questões tidas como práticas (nesse mesmo campo) reportam-se à moral. Enquanto a ética pertence ao campo teórico, constituindo-se mais numa norma de conduta, a moral prende-se aos comportamentos individuais, com especificidade a cada cultura e própria do campo da práxis. O fato é que a ética não estabelece os valores morais, apenas buscando compreendê-los a nível do seu núcleo conceitual. Por outro lado, a fronteira entre o correto e o incorreto depende do contexto cultural/temporal, muito embora o livre arbítrio humano pertença ao campo da ética. De forma efetiva, a ética é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade. Neste sentido, embora a ética não possa ser confundida com as leis, relaciona-se fortemente com o sentimento de justiça social. Logo, por aqui também ganha espaço o conceito de socio-ética, visto ser evidente a relação binômico-interativa «Ética/Sociedade».

TRANSIÇÃO INTERPARADIGMÁTICA, MATRIZ ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL E DIVERSIFICAÇÃO ENERGÉTICA

A atual etapa do desenvolvimento do capitalismo e da economia sistema-mundo capitalista, nomeada de globalização, coincide com a fase de transição entre o Paradigma dos Combustíveis Fósseis (que tem início com a Revolução Industrial) e o Paradigma das Fontes Renováveis de Energia (que não é ainda hegemônico). A transição entre esses dois paradigmas energético-ambientais inicia-se na década de setenta do século transato, com a ocorrência dos choques petrolíferos de 1973 e 1979. Esta transição interparadigmática deverá durar um bom número de décadas, implicando em novos arranjos energo-tecnológicos, na entrada crescente das fontes energéticas renováveis a nível da matriz energética e na interação/interpenetração de fontes energéticas renováveis com as de origem fóssil. Assim sendo, o interface a nível das políticas públicas (energética, ambiental, tecnológica, etc.) consubstancia-se na gestão estratégica da matriz energética, isto é, na construção de uma matriz energética sustentável. Desse modo, a gestão estratégica da matriz energética toma como idéia-chave a diversificação, através da substituição, interação e interpenetração de distintos recursos energéticos, de modo a aumentar o grau de participação das fontes renováveis de energia e de maneira a ter em linha de conta o universo existente de recursos naturais/energéticos, a base produtiva, o arcabouço tecnológico (energo-tecnológico, tecnológico-produtivo e tecnológico-inovativo), bem como as aspirações em termos de crescimento/desenvolvimento e de upgrade socio-econômico.

A construção de uma matriz energética diversificada, limpa e sustentável, no contexto dos países do Trópico Úmido, com destaque para o Brasil, de modo a se considerar a base tecnológica, o escopo produtivo e o arcabouço energético, refere-se, de modo particular, ao aproveitamento energético da biomassa. Este, por seu lado, baseia-se em um suporte energético autóctone/renovável a contar com um respaldo tecnológico-produtivo de efetivo domínio por parte dos agentes produtores afetos à agroenergia. O uso energético da biomassa traduz-se na produção de etanol e biocombustíveis, para além da viabilização de projetos de auto e cogeração, nos quais o mesmo vê-se maximizado via geração de calor e potência. Para além disso, uma maior diversificação a nível da matriz energética, no sentido de se obter a matriz energética limpa e sustentável, no caso dos países periféricos/semiperiféricos do Trópico Úmido, notadamente do Brasil, irá pressupor um mais amplo recurso à biomassa (base autóctone de produção de energia), o que se poderá traduzir em aspecto de significativo relevo em termos das contas externas, do desenvolvimento local/regional e da geração de renda. Neste caso, o alcance da matriz energética renovável/sustentável, através da gestão estratégica da matriz energética, passa por considerar a necessidade de se dispor de uma estrutura energética marcada cada vez mais pela flexibilidade e intensidade tecnológica.

Faz-se necessário superar as incertezas quanto às mudanças climáticas, em particular quanto à real dimensão de sua componente antrópica. É também preciso analisar, com isenção, os dados relativos à agro-energia e suas reais implicações. É ainda determinante considerar o dinamismo tecnológico como fator de relevo para a viabilização de alternativas e superação de restrições e condicionalismos. Por fim, a nível dos países periféricos/semiperiféricos (principalmente no caso dos países emergentes), somente uma visão estratégica e sistêmica da dinâmica do sistema produtivo pode definir um novo modelo energético de base sustentável, sem se direcionar para o ecologismo fundamentalista ou submeter-se a uma concepção baseada no catastrofismo e no determinismo ambientalista. A construção de uma matriz energética sustentável passa necessariamente pela incorporação de energias limpas no tocante à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental, respeitando as especificidades regionais e promovendo a pesquisa em inovação tecnológica.

De acordo com o que é assinalado por Piquet (2009) e Pinto, Jr. (2007), a diversificação das fontes de suprimento de energia assume um papel central, conseqüentemente, representa uma questão central no processo de planeamento dos diversos países, implicando a implementação de ações em distintos domínios, a saber: econômico, tecnológico, ambiental, geopolítico e social. A estratégia de diversificação face ao suprimento energético converteu-se em importante item das políticas energéticas implementadas pelos diversos estados nacionais. No entanto, a procura por fontes energéticas alternativas reveste-se de um significativo grau de complexidade, uma vez que o setor energético compõe-se de várias cadeias distintas. Estas, por seu lado, mostram fronteiras muito bem definidas para cada uma delas, com distintas bases técnicas, produtos e mercados.

Conforme registram Piquet (2009) e Pinto, Jr. (2007), a título de exemplo, observa-se que a concorrência entre o carvão, o petróleo, o gás natural e a hidreletricidade verifica-se, de fato, sempre a longo prazo. Isto é assim porque qualquer mudança a nível dos combustíveis acarreta investimentos ao longo de toda a cadeia produtiva. Na verdade, qualquer mudança que ocorra a nível do combustível implica em mudar o equipamento. De fato, a flexibilidade tecnológica a nível dos equipamentos é relativamente recente, alimentando o surgimento de uma geração de conversores de energia que operam com mais de uma fonte energética: caldeiras, motores e aquecedores que trabalham com mais de um combustível. Logo, a partir daí, viabiliza-se a competição a curto prazo e os energéticos passam a ser substitutos próximos entre si.

Ao identificar os principais entraves/óbices ao potencial bioenergético brasileiro, Otaviano (2011) e Vichi e Mansor (2009) apontam para o fato de ser insuficiente a simples utilização de combustíveis e matérias-primas renováveis, sendo também extremamente necessário que o aparelho industrial-produtivo evolua em direção a um sistema intenso de reutilização/reciclagem, remetendo-se a questão à esfera das políticas públicas. Além destes aspectos, pode-se mesmo concluir que a soberania do Brasil depende do desenvolvimento de tecnologias novas e de ponta, o que se viabilizaria com a utilização energo-produtiva da biomassa. A dúvida é saber se a opção do País será pela bioenergia ou pelo petróleo da camada Pré-sal, isto é, se estas duas possibilidades são mesmo mutuamente excluídas ou se há alguma possibilidade de conciliação que implica numa estratégia mitigada e parcimoniosa quanto à exploração dos recursos petrolíferos do Pré-sal. Logo, deve-se promover o alargamento das fontes renováveis no âmbito da matriz energética (diversificação da oferta), para além do gerenciamento da demanda.

ESTRATÉGIA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Recorrendo-se a determinados autores (Costa e Rodrigues, 2012; Costa e Rodrigues, 2013b; Freire, 2004 e Patel, 2006), registra-se que a estratégia pressupõe planos e ações aplicáveis em inúmeros contextos, de modo a que se venha criar uma vantagem competitiva sustentável, consubstanciando-se no Plano Estratégico (sistematização de um conjunto de ações e objetivos a médio e longo prazo). No entanto, a partir dos anos 60 e 70, em razão do elevado nível concorrencial, das maiores exigências em termos de competitividade e de um ambiente mais volátil em termos de atividades/negócios, o planejamento estratégico passa a ser visto como incapaz de acompanhar toda essa dinâmica, configurando-se então a proposta de gestão estratégica (processo estratégico contínuo), a ter em conta o elevado nível de instabilidade e o grau de incerteza do ambiente no qual operam as empresas/organizações.

Valendo-se do contributo de determinados autores (Costa e Rodrigues, 2012; Costa e Rodrigues, 2013b; Porter, 1991 e Porter, 1992), relaciona-se a plena validade do planejamento estratégico face à atividade industrial (concorrência, diferenciação, desenvolvimento de estratégias, tomada de decisões estratégicas e interação entre economia industrial e gestão empresarial), de modo a desenvolver vantagens de cunho competitivo ao longo da cadeia de valor da indústria. Com isso, o planejamento estratégico busca a construção da vantagem competitiva, recorrendo a métodos e técnicas passíveis de lidar com a incerteza, como é o caso da elaboração de cenários (macroeconômicos, industriais e tecnológicos). Por outro lado, o planejamento estratégico não deve descuidar o fato de que a estratégia de uma unidade empresarial busca o melhor desempenho da mesma e constrói a senda em direção à vantagem competitiva.

Já para Costa e Rodrigues (2012); Costa e Rodrigues (2013b) e Jarillo (1989), o planejamento estratégico compreende atividades formais destinadas à elaboração da formulação estratégica, valendo-se de uma base metodológica definida. O planejamento estratégico passa a definir um sistema formal, a partir do qual permeia todos os níveis da empresa/organização, mediante a difusão e conhecimento do Plano Estratégico. De fato, o planejamento estratégico deve ser simples e direto, de maneira a não deteriorar a capacidade de ação e resposta da empresa/organização. Por outro lado, embora se possam detetar significativas limitações a nível do planejamento estratégico, observa-se ser essencial a sua importância em termos das empresas/organizações, com a elaboração de um Plano Estratégico sendo fulcral para o alcance da vantagem competitiva sustentável, ainda que se considere a existência de um sistema flexível de gestão.

Portanto, consoante é assinalado por Costa e Rodrigues (2012) e (2013b), no contexto do planejamento estratégico (do orçamento e controle financeiro ao plano de longo prazo), o Plano Estratégico constitui-se no produto e meio que conduza a obtenção de uma vantagem competitiva sustentável por parte das empresas/organizações. Na realidade, todo e qualquer sistema de planejamento estratégico (mesmo o mais simples) constitui-se de extrema utilidade para a empresa/organização, desde que lhe proporcione o suporte metodológico que se faça necessário à configuração, implementação e viabilização da estratégia. Logo, a tarefa estratégica exige o desenho de um sistema de planejamento estratégico. Por conseguinte, deve-se definir o enfoque efetivamente estratégico do processo de planejamento. Assim sendo, não faz qualquer sentido extirpar o planejamento estratégico do universo da empresa/organização.

Registre-se que para Costa e Rodrigues (2012), Costa e Rodrigues (2013b) e Porto (1998), o planejamento estratégico tem o Plano Estratégico como principal instrumento técnico-metodológico, de modo a alcançar vantagens competitivas para as empresas/organizações que ao mesmo recorram. O Plano Estratégico, ao identificar os pontos fortes e fracos da empresa/organização e apontar as ameaças e oportunidades que a ela se colocam, mostra-se como instrumento ativo e dinâmico de gestão, uma vez que sustenta a aplicação e implementação da estratégia e do planejamento estratégico. Assim sendo, o planejamento estratégico é de extrema relevância para o situar das empresas/organizações face à elevada instabilidade e volatilidade do meio. De fato, o Plano Estratégico atua como guia para que as empresas/organizações que atuam em ambientes turbulentos e instáveis alcancem a sustentabilidade a longo prazo. Dessa forma, o planejamento estratégico (consubstanciado no Plano Estratégico) norteia a evolução da empresa/organização, viabilizando-lhe a implementação da estratégia.

Partindo-se das análises desenvolvidas por certos autores (Costa e Rodrigues, 2015a; Costa e Rodrigues, 2015b, Costa e Rodrigues, 2017a, Costa e Rodrigues, 2017b e Pereira da Costa e Rodrigues, 1993), o planejamento estratégico ganha maior relevância quando se sabe que muitos dos aspetos a envolver a gestão das modernas empresas/organizações articulam-se intimamente a processos de inovação e desenvolvimento tecnológico, que demandam enormes esforços em termos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Neste caso, as organizações técnico-empresariais acabam por encontrar no planejamento energético uma ferramenta flexível e de extrema utilidade quanto à orientação e definição de rumos, identificação dos seus pontos fracos e fortes e deteção das ameaças e oportunidades que se venham a lhes apresentar. Assim sendo, as organizações técnico-empresariais a contar com um elevado nível de incorporação tecnológica, ampla base fabril/industrial e inseridas em contextos altamente instáveis e competitivos, são (muito provavelmente) aquelas que mais se beneficiarão com o processo de planejamento estratégico, o qual permite lidar com a complexidade, trabalhar com a incerteza e fazer as escolhas que se façam necessárias. Por outro lado, observa-se que o planejamento estratégico não se limita à esfera técnico-organizacional, encontrando-se também presente na órbita técnico-governativo-planificadora, daí configurando-se o Planejamento Estratégico Governamental, aplicável à gestão estratégica dos recursos naturais em geral (e energéticos em particular)

Lançando-se mão de determinadas referências (Costa & Rodrigues, 2013b; Godet, 1991, Godet, 1993 e Porto, 1998), assinala-se que o planejamento estratégico pode valer-se da prospetiva, que nada tem a ver com a futurologia ou a simples e limitada extrapolação do presente, mas antes na antecipação (a visualização do futuro em termos de alternativas possíveis). A prospetiva vai então guiar-se não pela eliminação da incerteza, mas antes pela diminuição da intensidade e magnitude da mesma. Assim sendo, a prospetiva vale-se do método de cenários como forma de motivar a reflexão estratégica no âmbito das empresas/organizações. As modalidades de cenários são inúmeras, variando em termos de complexidade. Os processos formais de planejamento estratégico começam por uma análise prospetiva do ambiente da empresa/organização, definindo-se cenários alternativos, de modo a antecipar distintas situações e delinear possíveis trajetórias a seguir.

Valendo-se do contributo de certos autores (Costa e Rodrigues, 2013b; Godet, 1977 e Godet, 1991), observa-se que da acelerada mudança tecnológica ao acirramento das diversas incertezas, passando pela rápida mudança econômica e por fatores outros, tudo estimula a reflexão prospectiva e o planejamento estratégico, em razão da necessidade cada vez maior da antecipação e da reflexão preceder à ação efetiva. A prospectiva e o planejamento estratégico se complementam e interagem entre si e configuram a cultura estratégica das empresas/organizações, com o fito de alcançar níveis mais elevados de competitividade e excelência. Para a prospectiva o futuro não se apresenta como extensão do passado, o que despoja a previsão do seu caráter estático-determinístico e projetivo-extrapolativo e busca uma visão criativa do porvir. A visão da prospectiva é global, dinâmica, múltipla e qualitativa, passando a lidar melhor com a incerteza sempre implicada pelo futuro.

Entretanto, conforme é registrado por Costa e Rodrigues (2013b) e Ribeiro et al (1997), a acelerada mudança tecnológica implica em modificações que ultrapassam o domínio da tecnologia (idéias e pensamento). Esse aspecto aumenta o nível de incerteza relativamente ao futuro e o reconhecimento da incerteza é fundamental para a justificação da proposta prospectiva. De fato, o acelerar da mudança tecnológica conduz ao desencadeamento de transformações em outros campos, o que conduz ao aparecimento de outros futuros. Tal contribui para o significativo aumento da incerteza, abrindo espaço para a legitimação do exercício prospectivo, que parte do complexo em direção ao simples, fazendo interagir os aspetos qualitativos com as componentes de foro quantitativo e adotando uma abordagem efetivamente global. Portanto, é aqui que entra em cena a técnica dos cenários, já que a mesma mostra-se como principal instrumento, possibilitando à empresa/organização a compreensão do seu enquadramento num quadro de completa incerteza face às evoluções futuras.

No dizer de Costa e Rodrigues (2013b), a construção de cenários permite lidar com a incerteza. Com os cenários (explicitação maior do exercício prospectivo), a empresa/organização passa a ter uma melhor compreensão do seu enquadramento ambiental e sistêmico, tornando-se mais apta ao enfrentamento das mudanças e à adaptação, de modo a melhor se posicionar face às incertezas do entorno. Assim sendo, os cenários passam a se constituir na base técnico-metodológica a viabilizar o próprio processo prospectivo, podendo ser também vistos como instrumentos de extrema relevância para a redução dos óbices à formulação e implementação do próprio planejamento estratégico, uma vez que o auxilia a ultrapassar os obstáculos e os pontos incertos de cunho qualitativo e quantitativo. Efetivamente, os elevados graus de incerteza e imprevisibilidade acabam por conduzir à consideração de diversos (e muitas vezes numerosos) futuros, o que acaba por levar à utilização dos cenários como pontos fulcrais à prospectiva estratégica.

COMENTÁRIOS FINAIS

O processo de globalização (atual estágio da economia-mundo), implica numa série de dificuldades para os países da Periferia/Semiperiferia, na maior parte das vezes destinando-os a uma integração subordinada no contexto da economia mundial, que se caracteriza por baixos níveis de industrialização ou por industrializações truncadas, por fraco desenvolvimento/desempenho tecnológico e por uma sobreutilização perdulária dos recursos naturais, mormente os energéticos. Concomitantemente, o mundo vive uma transição paradigmática em termos energético-ambientais, a qual se mostra mais problemática no caso dos países periféricos/semiperiféricos. Aos elevados níveis de instabilidade/volatilidade afetos à globalização e à transição paradigmática, acrescentam-se ainda as pseudo oportunidades de alavancagem do processo de desenvolvimento através da sobre-exploração mercadológica dos recursos naturais/energéticos, a caracterizar um modelo de inserção de natureza nitidamente colonial e exportador de commodities. Neste ponto, os recursos petrolíferos/gasíferos do Pré-sal parecem corroborar esses aspetos, podendo conduzir à tentação petroleira, quer a nível do uso final de energia, quer em termos das exportações.

Logo, reveste-se de enorme importância o fato dos países da Periferia/Semiperiferia (com o Brasil incluído) passarem a guiar o seu processo de desenvolvimento a partir da nacional-estratégia, o que se consubstanciaria na formulação/implementação do Planejamento Estratégico Governamental, conceito técnico-metodológico de natureza dinâmico-interativa e sistêmico-sinérgica. Consubstanciado no Plano Estratégico, documento técnico-político que identifica as ameaças/oportunidades (economia global, comércio internacional, base de recursos naturais, etc.) e aponta os pontos fracos e fortes de um país (gargalos e indutores), no que diz respeito aos diferentes setores da sua economia, das distintas atividades econômicas, do seu universo de recursos naturais, minerais e energéticos, das diversas interações virtuosas a serem desenvolvidas, do nível de educação/capacitação, etc. O Planejamento Estratégico Governamental é fundamental para a orientação estratégica do nacional-desenvolvimento, de modo a possibilitar a interação das diversas atividades/possibilidades de um país (mormente periférico/semiperiférico), de modo a obter as sinergias necessárias à superação dos problemas, à realização de objetivos e ao alcance de metas.

No caso específico do Pré-sal, a otimização do universo de recursos aí existentes (petróleo e gás natural) só se adequará às necessidades de desenvolvimento do Brasil, no contexto da nacional-estratégia. Tal propiciaria as condições necessárias para o balizamento e ação efetiva (e de forma soberana) do Estado nacional (expressão jurídico-política e institucional do Estado-nação) sobre essa base de recursos naturais/energéticos. A intervenção estratégica orientaria a exploração dos recursos petrolíferos/gasíferos do Pré-sal de forma parcimoniosa, integrada com a produção industrial nacional (refino, petroquímica, gasoquímica e bens de equipamento), atendida com os esforços neosubstituidores de importações a nível da indústria, serviços e tecnologia, coerente com a construção de uma matriz energética renovável (primeiro passo para a construção de uma matriz energética sustentável), interativa com o alavancamento do desenvolvimento tecnológico e exportando apenas o necessário para a promoção do equilíbrio da balança comercial e a constituição de recursos financeiros para fomentar novas indústrias, tecnologias e energias renováveis. Desse modo, a exploração dos recursos petrolíferos/gasíferos do Pré-sal somente beneficiaria o País se inserida no âmbito do Planejamento Estratégico Governamental.

Desse modo, o Planejamento Estratégico Governamental, assim como todas as iniciativas direcionadas ao campo energético-ambiental, deve guiar-se pela sócio-ética, a qual se deve fazer presente na preservação dos recursos naturais/energéticos (e não na dilapidação dos mesmos), de modo a considerá-los como patrimônio da nação/sociedade, assegurando-se-lhes uma utilização racional, comedida e estratégica, de modo a preservá-los para as gerações futuras. No mais, tais objetivos aplicar-se-iam também ao meio ambiente como um todo. Com a sócio-ética a guiar o Planejamento Estratégico Governamental, mormente no que diz respeito à prospeção, exploração e produção de cunho energético-ambiental, seria possível não apenas promover a conservação/preservação dos recursos naturais/energéticos, alargando-lhes os horizontes de vida útil, mas também considerar o grau de relevância desses recursos para o desenvolvimento pleno do país onde se aplica, de modo a configurar um novo estilo de desenvolvimento (Desenvolvimento Sustentável), no qual a preservação dos recursos, a sua utilização comedida a longo prazo e a política/programação afeta aos mesmos deixem-se conduzir pelo trinômio dinâmico/interativo «Recursos-Estratégia-Ética».

Considerar a formulação, aplicação e implementação do Planejamento Estratégico Governamental no âmbito da sócio-ética implica em analisar e ter em linha de conta todos os impactos relacionados às atividades de prospeção, exploração e produção dos recursos naturais/energéticos, quer em termos do meio ambiente considerado como um todo, quer sobre a população (geração, nível e qualidade do emprego, saúde, bem-estar, padrão de vida, grau de desenvolvimento humano, etc.), quer também sobre a base desses recursos (promoção do desenvolvimento sem hipotecá-los ou dos mesmos valer-se para a manutenção ou alargamento da condição periférico-dependente), quer ainda sobre a qualidade de vida das populações. Assim sendo, a orientação do Planejamento Estratégico Governamental calcado na sócio-ética constitui-se em crítica absoluta ao crescimento a qualquer custo, inclusive no que diz respeito ao beneficiamento de grupos/segmentos econômico-empresariais, políticos e sociais, mormente a partir de práticas lobísticas e do recurso à corrupção, que se traduzem por elevados custos sociais dos empreendimentos direcionados ao aproveitamento econômico da base de recursos naturais/energéticos, bastando recordar o recente desastre ambiental da mineradora Sanmarco.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. A Ilusão do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COSTA, F. J. P. e RODRIGUES, M. G. Reflexões sobre a Sustentabilidade Ambiental no Brasil. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais. Aquidabã, v. 4, n. 2, p. 99-110, jun.-nov. 2013.
- COSTA, F. J. P. e RODRIGUES, M. G. (2011): Estratégias de desenvolvimento da América Latina e Caribe face à transição de paradigmas energético-ambientais e no âmbito da atual configuração da economia mundial. In:
- CONGRESSO INTERNACIONAL DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE AMÉRICA LATINA E CARIBE, 15., 2011, Valencia. Anais, Madrid: FIEALC, 2011, p. 22-44.
- COSTA, F. J. P. e RODRIGUES, M. G. Ambiente e fecundidade no Brasil - Desafio para as políticas de saúde pública. Ciência Atual. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 02-12. 2017a.
- COSTA, F. J. P. e RODRIGUES, M. G. A Qualidade como suporte estratégico das empresas. Revista Brasileira de Administração Científica. Aquidabã, v. 3, n. 1, p. 19-36, jan.-jun. 2012.
- COSTA, F. J. P. e RODRIGUES, M. G. Alcoolquímica no Contexto da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. Ciência Atual. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-23. 2017a.
- COSTA, F. J. P. e RODRIGUES, M. G. Empresas, Stakeholders e Ações de Legitimação: O Papel da Estratégia e do Planejamento Estratégico. Ciência Atual. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 2-106, 2013.
- COSTA, F. J. P. e RODRIGUES, M. G. Qualidade e Paradigmas no Sistema Ambiental. Ciência Atual. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 02-12. 2015a.
- COSTA, F. J. P. e RODRIGUES, M. G. Technology and Competitiveness: Technological Innovation for Developing Economies Growth. International Journal of Advances in Management and Economics. Valodara, v. 4, n. 4, p. 57-65, july-august. 2015b.
- COTRIM, G. Fundamentos de Filosofia. São Paulo: Saraiva, 2004.
- FILHO, B. C. e CORTELLA, M. S. (2014): Ética e Vergonha na Cara. Campinas: Papyrus 7 Mares, 2014.
- FREIRE, A. Estratégia. Lisboa: Verbo, 2004.
- GODET, M. Crise de la prévision essor de la prospective: exemples et méthodes. Paris: PUF, 1977.
- GODET, M. Prospectiva y Planificación Estratégica. Barcelona: S. G. Editores, 1991.
- GODET, M. Manual de Prospectiva Estratégica: Da Antecipação à Acção. Lisboa: Dom Quixote, 1993
- JARILLO, J. – C. Dirección Estratégica. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de España, 1989.
- MONDIN, B. Introdução à Filosofia: problemas, sistemas, autores, obras. São Paulo: Paulus, 1980.
- OTAVIANO, C. Mudança de petróleo para biomassa impulsiona a química verde ComCiência. Campinas e São Paulo, jul. 2011. Disponível em <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-6542011000600004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- PATEL, K. J. O Mestre em Estratégia: Poder, Objectivos e Princípios. Lisboa: Presença, 2006.
- PEREIRA DA COSTA, F. J. e RODRIGUES, M. G. Uma Abordagem Conceitual do Papel da Gestão Empresarial face à Qualidade Total e ao Meio ambiente, s/data, mimeo.

- PINTO, JR., H. Q. et al. Economia da Energia: Fundamentos Econômicos, Evolução Histórica e Organização Industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- PIQUET, R. A indústria de gás no Brasil: incertezas, implicações territoriais e perspectivas. *Novos Cadernos NAEA*. Belém, v. 12, n. 1, p. 51–66, junho. 2009.
- PORTER, M. *Estratégia Competitiva: Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- PORTER, M. *Vantagem Competitiva: Criando e Sustentando um Desempenho Superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- PORTO, C. Uma introdução ao planejamento estratégico. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 22-33, maio-agosto. 1998.
- RIBEIRO ET AL. *Prospectiva e Cenários: Uma Breve Introdução Metodológica*. Lisboa. DPP. 1997.
- SANTANA, A. L. Ética. [S.l.]. Disponível em <<http://www.infoescola.com/filosofia/etica/>>. Acesso em: 15 mai. 2017, 14:25:12.
- SANTOS, J. C. ET AL (2013): *Filosofia, Ética e Sociedade*. [S.l.]. Disponível em <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/filosofia-etica-e-sociedade/>>. Acesso em: 14 mai. 2017, 16:15:21.
- VALLS, A. L. M. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- VICHI, F. M. e MANSOR, M. T. C. Energia, meio ambiente e economia: o Brasil no contexto mundial. *Química Nova*. São Paulo, v. 32, n. 3, p. 757–767. 2009.
- WALLERSTEIN, I. *O Capitalismo Histórico seguido de A Civilização Capitalista*. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas, 1999.



FACULDADES
SÃO JOSÉ

www.saojose.br | (21) 3107-8600
Av. Santa Cruz, 580 - Realengo - Rio de Janeiro